

PODER E EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO¹

Neide Catarina Turra²

Em um sistema crescentemente assimétrico, não é improvável que muitos Estados nacionais, antes de se tornarem plenamente estruturados, submerjam ou fiquem à deriva; que se formem, mais ou menos precariamente, outras unidades políticas; que novas ordens imperiais se constituam.

Lúcio Flávio de Almeida

RESUMO

O objetivo do trabalho é apresentar um quadro referencial de análise que nos permita discutir as formas contemporâneas de organização e exercício do poder no interior das organizações escolares, tendo como referência a centralidade do Estado na profissionalização e promoção do professor. Neste sentido, serão abordados e inter-relacionados três aspectos da reorganização capitalista que vêm se desenvolvendo desde meados dos anos sessenta, embora só tenham se tornado claramente perceptíveis nos últimos anos, a saber: **a globalização da economia, a transnacionalização das estruturas de poder e a reestruturação produtiva**. Nenhum desses fenômenos é realmente novo. O original é o ritmo acelerado que adquirem a partir dos anos sessenta. Buscar-se-á descrever as formas de internacionalização do capital – regulações macroeconômicas que corroem o poder dos Estados-Nações. Isto significa que a atuação em rede, por parte das grandes empresas consegue controlar os governos que queiram

¹ Texto produzido como requisito parcial para inscrição no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Coimbra, Portugal.

² Doutoranda em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professora Universitária e da Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina. Diretora executiva do VENCER- Instituto de Pesquisa e Educação Sócio-Jurídico-Cultural.

opor-se à sua penetração. Os Estados Nacionais “locais” encontram dificuldades crescentes para manter certos mecanismos de controle de suas economias e para garantir políticas de emprego, educação, proteção contra riscos ambientais e outros. No âmbito das políticas adotadas pelos Estados-Nações, com poder centralizado, aparece a determinação da educação necessária, bem como a formação profissional do educador, conforme as políticas do Estado Amplo que conduz o processo além das fronteiras.

Como já foi afirmado, os fenômenos: globalização da economia, transnacionalização das estruturas de poder e reestruturação produtiva tomam corpo a partir da década de 60 do século XX. Assim, refletindo IANNI (1998, p. 9) a globalização está em muitos lugares, nos quatro cantos do mundo. “Aparece nos acontecimentos e interpretações relativos a tudo que é internacional, multinacional, transnacional, mundial e planetário”. .

Na atualidade, sob vários aspectos, a globalização confere novos significados aos indivíduos e sociedade, modos de vida e formas de cultura, etnia e minoria, reforma e revolução, tirania e democracia. “Permite pensar o presente, rebuscar o passado e imaginar o futuro”. Revelam-se grandes mudanças ocorridas ao longo de século XX quando não se desenha apenas um aglutinado de países agrários ou industrializados, pobres ou ricos, dependentes ou dominantes, mas constata-se que a partir da segunda guerra mundial, com a maior integração entre os processos econômicos particulares e com a expansão das empresas multinacionais, acelerou-se a internacionalização do capital e a atuação das grandes empresas de capital predominantemente norte-americano neste período é decisiva, pois foram elas que primeiramente começaram a estreitar todo o mundo numa nova teia de relações.

Torna-se necessário aprofundar de forma prolífera tais fenômenos. É com este intuito que buscar-se-á explorar de maneira mais crítica as consequências políticas da globalização da economia que por sua vez conduz a transnacionalização das estruturas de poder que por sua vez, naturalizam o desaparecimento da luta de classe bem como corroem o poder dos Estados-Nações.

O que significa globalização da economia? Decorre do processo de internacionalização do capital que se desenvolve desde o início do capitalismo, já que este modo de produção nunca foi um sistema com características nacionais. Ao

contrário, ele implicou, desde a sua origem, na articulação de processos produtivos situados no interior de fronteiras nacionais com outros implantados e desenvolvidos no exterior, embora esta articulação não tenha acarretado de imediato a industrialização de todos os países e regiões nela envolvidos.

Assim, mesmo configurando o processo de internacionalização do capital como algo inerente ao modo de produção capitalista, as suas formas de realização se alteram, bem como o ritmo desse processamento tem variado no decorrer da história e, na atualidade, assume características que induzem muitos pesquisadores ao legado de que já não é “possível” haver desenvolvimento fora deste quadro de economia internacionalizada.

Neste sentido, a novidade atual do processo de internacionalização da economia, comumente designado globalização, reside exatamente no fato de ser um processo de integração mundial, que já não integra nações nem sistemas econômicos nacionais, mas aglutina a ação dos grandes grupos econômicos entre si e no interior de cada um deles. Sendo que a internacionalização do capital alcançou um estágio superior e transformou-se em transnacionalização das estruturas do poder econômico, político, e cultural das sociedades. Constata-se que aquém das fronteiras de cada país permanecem as questões sociais (fome, violência, desemprego, desestrutura ambiental) cuja administração compete a cada nação.

Analisando grosso modo, põe-se em causa a possibilidade de qualquer governo conduzir uma política monetária própria, dada à capacidade de atuação em rede das grandes empresas, capazes de coordenar um processo econômico que se mundializou. Como credoras, conseguem controlar os governos que queiram opor-se à sua penetração nas esferas nacionais.

Destarte, diante do quadro apresentado, os Estados Nacionais “locais” encontram dificuldades crescentes para manter certos mecanismos de controle de suas economias e para garantir políticas de emprego, educação, proteção contra riscos ambientais e outros. De certa maneira, esses Estados tornam-se cada vez mais dependentes de políticas externas para administrar seus problemas econômicos; e aquém das fronteiras se limitam a administrar a pobreza, a fome, a violência e outros tantos

problemas que põem em crise e/ou limitam o poder dos Estados Nacionais. Exemplo disso são as atuais definições e encaminhamentos em relação à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), FMI (Fundo Monetário Internacional) e à OMC (Organização Mundial do Comércio) que segundo Bernardo (1991 e 1992) se denominam Estado Amplo, em contraposição ao Estado Nacional, por ele definido como Estado Restrito. Em outras palavras, isto significa dizer que as políticas nacionais estão sendo submetidas, controladas e monitoradas pelas macropolíticas da globalização.

Ainda segundo Bernardo, no âmbito da coordenação política desta economia integrada mundialmente desenvolve-se uma estrutura de poder de abrangência supranacional, embora não juridicamente reconhecida, que se constitui a partir da articulação de vários pólos:

- Os centros de decisão dos maiores grupos econômicos;
- Os organismos internacionais, que, embora tenham surgido por iniciativa dos Estados, já não encontram mais correspondência direta nos governos, tendo há muito tempo estabelecido como seus interlocutores as grandes empresas;
- Os organismos políticos e administrativos oriundos da esfera governamental, que, apesar de se apresentarem formalmente como tais, já foram inteiramente cooptados pela esfera de interesse das grandes empresas;
- As grandes centrais sindicais burocratizadas, que atuam como gestoras da compra e venda da força de trabalho e procuram garantir a disciplina dos trabalhadores, integrando suas lutas e reivindicações no quadro restrito da legalidade capitalista. Estas centrais já há muito tempo reduziram suas atividades à participação em órgãos tripartites e às negociações com o patronato.

Com base no exposto, diz-se então que se o Estado nacional era o local onde as decisões do país eram tomadas, hoje, as grandes decisões são tomadas fora de suas estruturas formais. Usando das argumentações de Chico Oliveira (www.fzln.org.mx) “A autonomia dos Estados Nacionais na América Latina está perdida, as próprias moedas nacionais são uma ficção”. O processo decisório decorre diretamente dos centros de poder do Estado Amplo, e o Estado Nacional só é acionado a “posteriori” para operacionalizar e implementar estas decisões assim como legitimá-las do ponto de vista jurídico e de forma camuflada. Aqui cabe o que diz Foucault (1979, p. 183) “o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona

em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede”.

Então, como os mecanismos de poder nas sociedades capitalistas contemporâneas são relativamente invisíveis ou se entrelaçam de forma airosa e as hierarquias se espalham de forma horizontal, a aparência por elas assumidas é a de uma democracia participativa. A idéia de participação entrecruza-se com os valores propagados pela indústria de entretenimento e o lazer dos trabalhadores, sendo o viés das novas formas de controle social tanto dentro quanto fora dos locais de trabalho.

Essa idéia de democracia participativa no âmbito da sociedade é propagada através das ideologias do Estado Amplo, que funciona como uma nova forma de controle social e de iniciativas autônomas da população trabalhadora levando à obliteração da consciência de organização e luta de classe que ainda pode estar vinculada à gênese dos trabalhadores. O aspecto mais visível deste processo é a atuação das grandes empresas que, conscientes do poder político que detêm e exercem, buscam legitimar-se através das campanhas contra a violência, contra a fome, em favor da proteção artística e cultural e nas diversas formas de intervenção nas áreas sociais. Exemplo disso são os aplausos para as medidas sociais implementadas no governo Lula, principalmente o programa Fome Zero, Bolsa Família e outros.

Adentrando no âmbito das organizações escolares, faz-se necessária uma rápida abordagem das políticas adotadas nas Organizações Escolares como Teorias Políticas do Estado Amplo.

Em primeiro lugar torna-se importante lembrar o fato de que o sistema escolar é fruto e tem a função de reproduzir a sociedade capitalista. Em segundo lugar é bom destacar que a educação é a pedra angular do crescimento econômico e do desenvolvimento social. A educação proporciona o conhecimento, as habilidades e as atitudes essenciais para funcionar de maneira efetiva na sociedade, sendo, portanto, uma prioridade em todo o lugar. Em terceiro lugar deve-se considerar que as diretrizes para a educação são formuladas basicamente por economistas dentro da lógica e da análise econômica. A relação custo-benefício e a taxa de retorno constituem as categorias centrais a partir das quais se define a tarefa educativa, as prioridades de investimento

(níveis educativos e fatores de produção a considerar), os rendimentos e a própria qualidade. E por último faz-se necessário dizer que no modelo educativo, principalmente nos países latino-americanos e outros considerados em desenvolvimento, o discurso econômico domina o panorama a tal ponto que o discurso propriamente educativo – o das realizações na escola e no sistema educativo, o das relações e dos processos de ensino-aprendizagem na sala de aula - chega pronto às escolas como um pacote bem definido, tornando os professores e os especialistas em educação meramente repassadores de idéias previamente constituídas.

Tanto no Brasil como em outros países, a política educativa segue as regras de grupos econômicos, como é o caso das políticas educacionais do Banco Mundial (BM) para a América Latina e o Caribe.

Adentrando nas políticas do BM para a realidade educacional brasileira, torna-se importante considerar e re-explicar as pesquisas realizadas por Tommasi, Haddad, Warde e outros, por ocasião do Seminário O Banco Mundial e as Políticas de Educação no Brasil, que aconteceu na PUC-SP em junho de 1995.

Os pesquisadores citados analisam a cooperação de órgãos multilaterais (como o BIRD e o BID) à educação brasileira. Mesmo apontando o que ocorre na atualidade faz-se necessário re-explicar que tais investimentos tiveram início ainda na primeira metade do século XX e podem ser descritos em três fases distintas.

A primeira fase de cooperação, que acontece na década de 50 e é denominada técnica, pode ser considerada como um estágio de intensa integração entre associações de educadores, brasileiras e norte-americanas, por intermédio das quais foram incorporados os ideais democráticos, de acordo com os preceitos constitucionais daquele país. O intercâmbio contribuiu para a assimilação do ideal de educação para todos no texto dos primeiros planos educativos do início dos anos 60, assim como da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Nessa fase importa considerar o que Guiraldelli Jr. (2003, p. 127) argumenta:

Na década de sessenta do século vinte foram firmados doze acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agency for International Development (“os acordos MEC-Usaid”), o que comprometeu a política educacional do nosso país às determinações de um grupo específico de técnicos norte-americanos, um grupo nada representativo da democracia americana e do American Way of Life.

Uma segunda fase instaura-se no final dos anos sessenta, quando o governo norte-americano toma a iniciativa de substituir as atividades de cooperação técnica bilateral por outras formas de cooperação, por meio de instituições multilaterais como o BIRD e o BID. O que fica evidenciado nessa nova transação é que ao invés de recuar a ingerência política dessas agências internacionais, favoreceu o alargamento das políticas de interferência que tiveram ainda mais envergadura, principalmente na estrutura organizacional dos sistemas educativos, incluindo-se aí desde a definição de condicionalidades macroeconômicas até a definição de diretrizes curriculares e gerenciamento técnico-administrativo de recursos humanos e materiais, os quais certamente foram designados como pré-requisitos para os empréstimos.

Assim, na década de setenta escancara-se a concepção educativa do BIRD para o Brasil como uma proposta integrada ao projeto de desenvolvimento econômico e segundo Tommasi, Warde e Addad (2000): o projeto de desenvolvimento do Banco Mundial, até os anos 60, pautava-se pelas metas de crescimento econômico. A partir do final dessa década, o BM modificará seu conceito de desenvolvimento. O crescimento econômico será considerado como condição necessária, mas não suficiente para garantir distribuição mais justa da riqueza. Para o BIRD, as razões são óbvias: os benefícios do crescimento econômico concentram-se nos setores mais modernos da economia e, em consequência, não atingem as populações marginalizadas economicamente. Diante do avolumado número de pessoas marginalizadas, fruto do próprio desenvolvimento econômico, a preocupação dos órgãos multilaterais com a educação torna-se um imperativo político para resguardar a estabilidade dos conglomerados econômicos, considerando que mais um fator assombra a estabilidade econômica dos países centrais, ou seja, o aumento populacional nos países mais pobres, constituindo-se elemento gerador de pressões sociais por alimentos, saúde, moradia e educação.

A inoperância do Estado Nacional na figura de um Ministério da Educação que não conta com um projeto educativo consistente, capaz de resistir à rotatividade do poder e aos interesses políticos e econômicos dos órgãos multilaterais, tem facilitado a prevalência de interesses políticos nas decisões sobre os acordos internacionais, trazendo consequências indesejáveis aos educandos e educadores bem como comprometendo todo o sistema educativo brasileiro.

A realidade atual demonstra que esse meio século de investimento de organismos internacionais não tem beneficiado o setor educacional brasileiro. Pelo contrário, a situação mostra a precariedade do ensino no Brasil, 65º no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Mundial – IDHM, feito pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), com base em dados de renda, educação e expectativa de vida. A geografia educacional aparece de forma desastrosa nos seguintes dados³:

- 39% dos alunos do ensino fundamental têm idade superior à adequada para suas séries;
- 41% dos alunos matriculados no ensino fundamental não terminam a 8ª série;
- 21% dos alunos matriculados no ensino fundamental repetiram de série no ano de 2000;
- 15% da população com mais de 15 anos é analfabeta;
- 6,8% somente da população com mais de 25 anos conseguiu diploma de universitário;
- Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, feita mensalmente nas regiões metropolitanas, apresentou no mês de setembro de 2003, um número alarmante de 132 mil crianças com faixa etária entre 10 a 14 anos trabalhando.

Outro índice alarmante é a concentração de renda no Brasil. A variação do IDHM analisa que a distribuição de renda piorou em 66.3% dos municípios brasileiros de 1991 a 2000. Em 1991, a razão entre a renda dos 10% mais ricos da população e os 40% mais pobres era de 30,43. Em 2000, havia subido para 32,93. Conforme dados do Pnud – 2000, o Brasil tem a sexta pior distribuição de renda do mundo.

³ Os dados acima apresentados foram extraídos do relatório anual do Pnud – 2000, publicados na Folha de São Paulo, página C1 do dia 03 de dezembro de 2003 e de dados do IBGE do Censo de 2000.

Por outro lado, diante do poder restrito do Estado Nacional e frente aos interesses político-econômicos com o poder amplo e ilimitado dos grandes conglomerados econômicos atuando em rede, aflora a oscilação política do Ministério de Educação, provocando mudanças bruscas de equipes de trabalho e o deslocamento de centros de decisão de um setor para outro, fragmentando informações, tornando o processo educacional como mero repassador de projetos como cooptação de recursos internacionais, ao invés de possibilitar políticas educacionais democráticas e autônomas, capazes de favorecer uma educação de qualidade para toda a população, como instrumento mantenedor da promoção humana .

Como já ficou evidenciado, o sistema de ensino brasileiro não funciona. O Estado, que tem o papel precípua de garantir educação a toda a sua população, está à margem do processo. Para tanto, torna-se necessário aprofundar a reflexão com respeito à continuidade da cooperação internacional.

Nesta perspectiva, a escola tem um papel fundamental, ao lado da família e do meio social mais amplo, a escola é uma das esferas de produção da capacidade de trabalho. Por isso, ela é hoje objeto de tantos fóruns de debates, simpósios e congressos e mais, de propostas de reestruturação. Numa sociedade cravada de contradições cada vez mais agudas, a esfera ideológica assume grande importância enquanto elemento de coesão social. As organizações escolares, portanto, não podem mais permanecer à margem dos mecanismos de controle social e econômico da globalização mundial, corolário do sistema capitalista de produção e da transnacionalização das estruturas de poder.

É neste quadro de reestruturação das formas de organização do poder em âmbito geral que as propostas de reformulação do sistema educacional no Brasil vêm sendo, na atualidade, reformuladas pelos órgãos governamentais e por vários setores do que aqui denominou-se Estado Amplo. Nesse caso, refere-se a associações empresariais diversas, como o Instituto Liberal, a Câmara Americana do Comércio Brasil-Estados Unidos, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, CEPAL e outros, para ficarmos com os exemplos mais conhecidos, além de outros organismos que atuam transnacionalmente, tal como o Banco Mundial, que analisamos mais detalhadamente.

Todas as evidências já citadas, mesmo num plano empírico até o momento, demonstram que na educação pública estão sendo implementados projetos que podem adequar-se às tendências gerais do capitalismo contemporâneo, com especial ênfase na reorganização das funções administrativas e de gestão da escola, assim como do processo de trabalho dos educadores, envolvidos com a formação das futuras gerações da classe trabalhadora, tendo em vista a redução de custos e de tempo. Assim se pronuncia o Banco Mundial:

As escolas nos países de baixa e média renda poderiam economizar custos e melhorar a aprendizagem aumentando o número de alunos por professor, utilizando deste modo menos professores e alocando recursos destinados aos professores e outros insumos que melhoram o rendimento, tais como livros didáticos e capacitação em serviço (BM, 1995, in: Tommasi, Warde e Haddad, 2003, p. 167).

As escolas são consideradas empresas e a linguagem que se configura é a da qualidade total. Entretanto, esta qualidade refere-se primordialmente à qualidade do processo, não do produto, já que, com relação a este, a qualidade é sempre referida ao segmento do mercado ao qual se destina. Nesse caso, a qualidade do processo produtivo diz respeito à redução de desperdícios, de tempo de trabalho, de custos e de força de trabalho.

Observando o processo de trabalho dos educadores, que na maioria das vezes apenas conseguem uma precária formação à distância, como é a proposta do BM e que na atualidade é o que vem ocorrendo nas agências formadoras de esfera particular, que aviltadas pelo lucro oferecem cursos relâmpagos, em finais de semana, com salas superlotadas e em regime semi-presencial, quando não somente à distância, pode-se dizer que salta aos olhos a falta de compromisso e qualidade com o processo formativo e educativo na construção do conhecimento. Diante da dura realidade da falta de qualidade no processo gestor de aprendizagem por parte do educador e do educando, o segundo torna-se o refugio, que abandona a escola implicando em produtividade declinante, que gera investimento perdido ou retrabalho diante do aluno repetente, como não se tem compromisso com o produto final, facilmente se adotam sistemas avaliativos de promoção automática agradando ambas as partes.

Nestas questões, aliás, as políticas educacionais no Brasil não fazem mais do que seguir à risca o que o BM propõe:

A qualidade educativa, na concepção do BM, seria o resultado da presença de determinados “insumos” que intervêm na escolaridade. Para o caso da escola de primeiro grau (**ensino fundamental**), considera-se nove fatores como determinantes de um aprendizado efetivo, nesta ordem de prioridades, segundo a percentagem de estudos que revelariam uma correlação e um efeito positivos: (1) bibliotecas; (2) tempo de instrução; (3) tarefas de casa; (4) livros didáticos; (5) conhecimentos do professor; (6) experiência do professor; (7) laboratórios; (8) salário do professor; (9) tamanho da classe. Desses pontos, deriva o BM suas conclusões e recomendações aos países em desenvolvimento sobre os insumos a priorizar em termos de políticas e alocação de recursos. Desse modo, ao mesmo tempo que desestimula o investimento nos três últimos – laboratórios, salários docentes e redução do tamanho da classe –, recomenda investir nos primeiros e, especificamente em três deles: (a) aumentar o tempo de instrução; (b) proporcionar livros didáticos; (c) capacitar o professor em serviço, privilegiando as modalidades à distância (Tommasi, Warde e Haddad, 2000, p. 134).

A justificativa do BM é que investir em Recursos Humanos, no caso, professores da rede pública, em termos de capacitação, condições de trabalho, provocaria uma valorização social destes profissionais do setor público, tornando-os muito reivindicativos, o que certamente, segundo o BM, desencadearia novo processo inflacionário. Aqui se começa a concluir que o que interessa ao Estado Amplo é manter os Estados Nacionais com poder restrito, meramente funcionalista e legitimadores dos projetos de desenvolvimento econômico com vistas em seus interesses próprios. A política do Estado Amplo, através da nova divisão internacional do trabalho, pensa os países dependentes, no caso o Brasil, como um país de economia predominantemente informal, especializado na produção de bens e serviços pouco complexos e de baixo valor agregado. O investimento nas quatro primeiras séries, que trazem retorno financeiro rápido, já permite a inserção direta destes segmentos da população na economia informal.

Diante do quadro apresentado, onde figura a dupla funcionalidade do Estado-Nação ou de outra forma, a sua irrelevância frente à extensão real da globalização, dois

sentimentos afloram: primeiro concordar com a tese de que não é possível haver desenvolvimento fora deste quadro de economia transnacionalizada, subestimando o poder dos Estados-Nações e naturalizando o desaparecimento da política da classe trabalhadora. Importa ainda, ousar re-imaginar, ou até conforme argumenta Wood (2001), explorar de maneira crítica as consequências políticas da globalização, o que elas representam para a classe trabalhadora e como reinventar as lutas dessa classe. Trabalhar a contradição que a globalização da economia gera, as instabilidades políticas dos Estados-Nações e intensificar as lutas anticapitalistas.

Assim, em contraste com essa visão estagnada que demonstra impotência diante da ditadura macroeconômica, importa à sociedade civil de forma organizada propor e influenciar para que o Governo Lula assuma uma postura que se contraponha aos modelos neoliberais que vêm se constituindo enquanto postura de decisões e poder. Que as lutas populares possam exigir e fomentar as reformas necessárias criando políticas públicas que, aliadas às iniciativas privadas, deverão reorientar a política econômica ao situar emprego, salários reais e integração regional no centro de uma nova estratégia de desenvolvimento que possa se sustentar no futuro.

Já está claro que é impossível sustentar uma política macroeconômica que transnacionaliza as estruturas de poder deixando bilhões de pessoas com fome no mundo, onde 56% das crianças em 46 países considerados em desenvolvimento, dentre eles o Brasil, estão com a infância perdida.

Acontece que, se a globalização da economia não consegue gerar empregos, nem distribuir renda de forma relativamente justa, torna-se impossível sustentá-la. Além disso, está claro – ou deveria estar, com base na experiência da Argentina e da Bolívia – que é impossível alcançar a estabilidade política e social se nada for feito para refrear as políticas macroeconômicas de poder amplo que corroem o poder dos Estados Nacionais, impedem reformas tributárias, deterioram os salários reais e excluem uma vasta e crescente parcela da sociedade brasileira e latino-americana.

Na verdade existem muitas saídas, várias vias para América Latina. Aqui pretende-se contemplar pontos que Chico de Oliveira, com bastante propriedade, destaca:

- os Estados latino-americanos são obrigados a concretizar uma revolução democrática, que não significa adotar simplesmente as regras da democracia formal e verticalista;

- A revolução democrática passa inevitavelmente pela redistribuição da riqueza, dando um basta à desigualdade social latino-americana;

- No caso brasileiro, urge desmistificar o mito Lula e discutir a política e as políticas (sociais, econômicas e culturais), outra vez a nível das organizações populares.

Percebe-se que há diversos cominhos e possibilidades, o que importa é reinventar as formas de conduzir a sociedade à participação efetiva nas decisões dos grandes processos de mudanças. Evoca-se prioritariamente a comunidade acadêmica e intelectual para assumir como missão a interpretação urgente das novas situações que perpassam os modelos econômicos, sociais e políticos no novo milênio. Não para substituir os atores reais, mas para ajudá-los no desafio de forjar uma nova identidade frente às limitações que os Estados Nacionais experimentam na atual conjuntura. Que essa realidade possa transformar-se pelo compromisso da pesquisa e da postura frente aos encaminhamentos de políticas macroeconômicas e globalizadas.

Que essa esfera de reinvenção passe pela educação, enquanto gestora de pesquisadores, que vai além de promoções de reformas curriculares, implica, antes de tudo, gerar novas formas de organizações escolares, que não apenas se contraponham às formas contemporâneas de organização e exercício de poder, mas que criem alternativas práticas passíveis de desenvolvimento de formas coletivas de trabalho, instituindo uma nova lógica de política, de poder e de solidariedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.F. Apontamentos Sobre Imperialismo, Soberania e Antiimperialismo na Alvorada do Século XXI. IN: **Lutas Sociais** nº 9/10 – 1º semestre de 2003. NEILS – PCU-SP.

BERNARDO, J. **Capital, Sindicatos e Gestores**. São Paulo: Vértice, 1987.

_____. Depois do Marxismo, o dilúvio? Revista Educação e Sociedade, ano 13, nº 43, dez/92, Papirus.

_____. **Economia dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

Folha de São Paulo. Caderno C – **Cotidiano**, 03 de dezembro de 2003.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GHIRALDELLI JR, P. **Filosofia e História da Educação Brasileira**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003.

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1999.

OLIVEIRA, F. Se não Existe Estado Nacional do Serve Conquistar o Poder? (texto publicado em caráter informativo do FZLN: www.fzln.org.mx.)

PETERS, E. D. Ditaduras Macroeconômicas Fracassadas, IN: Jornal Valor, 29 de dezembro 2003, pg. A9.

TOMMASI, L de, WARDE,M.J. e HADDAD,S.(Organizadores). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 2000. 3. ed.

WOOD, E.M. trabalho, Classe e Estado no Capitalismo Global, IN: **Resistências Mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. SEOANE,J., TADDEI, E. (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.